

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 19 - 17 de maio de 2007

veja as
edições
anteriores

Quem opinou sobre o PDE nos jornais?

Um mês após seu lançamento, o Plano de Desenvolvimento da Educação já não recebe o mesmo destaque na imprensa. As matérias sobre educação na primeira quinzena de maio privilegiaram outros temas, principalmente o ensino superior e greves em universidades, a inscrição no Enem e, em alguns casos, o Fundeb.

O PDE apareceu, entretanto, em diversos artigos e editoriais. Entrevistado, apenas o ministro Fernando Haddad, nos jornais *Valor Econômico* e *A Tarde* (BA), e o ex-ministro Cristóvão Buarque, no mineiro *Hoje em Dia*. Vale, então, destacar quem são os atores que estão opinando sobre o Plano nas páginas das revistas e jornais brasileiros. Há críticas bastante fortes e outros textos que elogiam a iniciativa do governo federal e sua proposta geral, mas fazem observações pontuais.

Dos artigos identificados, três foram escritos por representantes ou ex-representantes governamentais. O gaúcho *Zero Hora* (2/5) é o único que abriu espaço para um sindicato de professores. Neiva Lazzaroto (do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul) diz que o PDE, apesar de ter “medidas como a criação de escolas técnicas, é um plano de investimento mínimo, com um atraso enorme, já que ignorou a proposta apresentada em 1997”. Ela refere-se ao Plano Nacional de Educação e ao veto colocado pelo governo FHC e mantido pelo governo Lula de investir 7% do PIB em educação.

A professora Silvana Rosa Martins Ala, do Conselho Municipal de Educação de Goiânia, também tece fortes críticas ao PDE, no jornal *O Popular* (2/5). “Fico indignada quando vejo a divulgação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece o piso salarial de R\$ 850 reais para professores de educação básica do País, com implantação gradual até 2010. (...) Como se não bastassem o Enem e o Enad, agora o governo federal anuncia provinha de avaliação para crianças de 6 a 8 anos de idade. É um absurdo.” No *Jornal do Brasil* (2/5), outro conselheiro, desta vez do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, Magno Maranhão, vê vários aspectos positivos no Plano, que chama de “ousado”, e considera a fixação de um piso salarial um ponto de partida importante.

Já a *Folha de S. Paulo* (8/5) destacou-se por publicar o artigo de uma representante de entidade da sociedade civil. Maria Alice Setúbal, diretora-presidente da ONG Cenpec, faz uma reflexão sobre o que considera um falso dilema da educação: “gestão eficiente ou mais recursos?”. De fato, essa oposição emergia com facilidade nos debates sobre as medidas do PDE e seu foco na avaliação e na cobrança de resultados. Ela reconhece que o bom funcionamento de uma escola exige instalações físicas adequadas, mas que essa é uma condição necessária, mas não suficiente. O fundamental é mesmo valorizar “com salários dignos, planos de carreira e capacitação continuada” professores, diretores e coordenadores pedagógicos.

Gestores de educação

A secretária de educação de Goiás Milca Severino Pereira aborda, no jornal *Diário da Manhã* (10/5), a divulgação do PDE e do Ideb. Diz que é preciso “verticalizar a discussão acerca do desempenho desejado frente ao fracasso encontrado na aprendizagem”. A secretária, entretanto, não entra no mérito das propostas do Plano e também perde a oportunidade de dizer de que maneira pretende realizar esta tarefa na rede de ensino sob sua responsabilidade ou, por exemplo, de avaliar a situação educacional do seu Estado frente aos desafios que o PDE coloca.

Já Eurides Brito da Silva, gerente do Projeto Erradicação do Analfabetismo do GDF, diz no *Jornal de Brasília* (11/05) que o estabelecimento do Ideb é “indispensável e louvável”, mas deve “estar associado a verificações, porque, no Brasil, há meios sofisticados de usar números como máscaras”. A maquiagem das estatísticas, que tanto preocupa a dirigente do Distrito Federal, não aparece no texto elogioso ao Ideb, escrito pelo ex-governador Espiridião Amin no jornal catarinense *A Notícia* (9/5). Ele destaca que o novo índice poderá medir e dar nota de forma objetiva aos municípios brasileiros, e diz que o uso de indicadores como este pode ser “o diferencial de uma efetiva vitória da sociedade brasileira”.

O Ideb é um dos aspectos mais polêmicos do PDE. Especialistas têm alertado sobre a facilidade com que o índice pode ser melhorado (com a implantação de uma política que diminua a repetência, por exemplo) sem que isso signifique que os alunos estejam aprendendo mais e melhor.

A repercussão local

Os artigos mergulharam muito pouco sobre os impactos locais e regionais das medidas do PDE. Esta falta de profundidade ocorreu também nas poucas reportagens. A pauta de alguns jornais, por exemplo, esteve restrita ao número e à localização das novas escolas técnicas de ensino profissional. Foi o caso do goiano *Diário da Manhã* (4/5).

O ministro Fernando Haddad deu início no dia 9 de maio a uma série de visitas aos Estados brasileiros para a assinatura do Termo de Compromisso com os municípios. A primeira delas foi em Salvador e vê-se que a presença de Haddad pautou os meios de comunicação locais sobre os respectivos problemas educacionais. O tema do alto índice de analfabetismo dos municípios baianos da região do semi-árido apareceu no *Correio da Bahia* e em *A Tarde*, que também publicou uma entrevista com o ministro. O primeiro jornal, entretanto, destacou-se por ouvir a opinião dos secretários de educação de pequenos municípios presentes à reunião com o ministro.

É preocupante que a cobertura educacional ainda não tenha se detido sobre os possíveis efeitos locais do PDE. Informações sobre o diagnóstico local e sua relação com as medidas do PDE são fundamentais para que a sociedade possa monitorar a implementação do Plano, assim como avaliar seus possíveis resultados. É preciso mostrar como o conjunto de medidas anunciadas vai funcionar na prática.

13 de maio

O movimento negro propõe que a data 13 de maio, dia em que se lembra a abolição da escravatura, seja vista como oportunidade para a discussão de ações para o combate ao racismo. Cotas raciais é um tema sempre presente, abordado este ano em entrevista com um professor da UFRJ pelo *Estado*.

Neste sentido, *Jornal da Tarde* parece uma exceção. O tema foi abordado em seção semanal realizada em conjunto com o Núcleo de Educação e Comunicação da USP e que propõe atividades a serem desenvolvidas por professores na sala de aula. A matéria sugere uma reflexão “sobre a imagem do negro criada pela mídia, por meio da identificação de estereótipos, ‘pré-conceitos’ e representações positivas e negativas”.

Este ano, como nos anteriores, nenhum jornal aproveitou o gancho da data para cobrar de estados e municípios a implementação da lei 10.639/03, que estabelece o

ensino da cultura e história africana e afro-descendente no ensino básico. Apontada como um importante mecanismo de combate ao racismo, a sociedade segue sem informações mínimas sobre sua concretização. A desinformação generalizada em torno do tema impede, por exemplo, que pais e alunos possam cobrar das escolas, e do poder público, suas responsabilidades.

além da pauta

Para uma reflexão sobre os limites dos índices de desenvolvimento e o desafio de construção de indicadores educacionais confiáveis, leia artigo de Diogo Joel Demarco, publicado no boletim ***Ebulição*** "Educação e exclusão no Brasil".

